

Da África para o Atlântico



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

FERNANDO FERREIRA COSTA

Coordenador Geral da Universidade

EDGAR SALVADORI DE DECCA



Conselho Editorial

Presidente

PAULO FRANCHETTI

ALCIR PÉCORÁ – CHRISTIANO LYRA FILHO

JOSÉ A. R. GONTIJO – JOSÉ ROBERTO ZAN

MARCELO KNOBEL – MARCO ANTONIO ZAGO

SEDI HIRANO – SILVIA HUNOLD LARA

Mikael Parkvall

DA ÁFRICA PARA O ATLÂNTICO

TRADUÇÃO
Rodolfo Ilari

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

P238d Parkvall, Mikael.
Da África para o Atlântico / Mikael Parkvall; tradução Rodolfo Ilari. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
1. Linguística. 2. Línguas crioulas. 3. Línguas pidgins 4. Escravos – Tráfico. I. Ilari, Rodolfo, 1943- II. Título.

CDD 410
417.22
380.144

ISBN 978-85-268-0986-4

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística	410
2. Línguas crioulas	417.22
3. Línguas pidgins	417.22
4. Escravos – Tráfico	380.144

Título original: *Out of Africa*

Copyright © by Mikael Parkvall

Publicado originalmente em inglês como *Out of Africa*.

African influences in Atlantic Creoles, por Battlebridge Publications, Londres.

Copyright © 2012 by Editora da Unicamp

Apoio:

STINT (The Swedish Foundation for International
Cooperation in Research and Higher Education).

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

*Para nossa tristeza,
duas de minhas fontes de inspiração e apoio,
Gunnell Källgren e Chris Corne, infelizmente,
faleceram durante o tempo em que
eu estive escrevendo este livro.
Eu gostaria de dedicá-lo à memória deles.*

AGRADECIMENTOS

EU GOSTARIA DE FAZER AQUI UM vivo agradecimento às seguintes pessoas, que me ajudaram durante a elaboração deste trabalho:

Enoch Aboh, Jeff Allen, Marlyse Baptista, Adrienne Bruyn, Jean-Robert Joseph Cadely, Vincent Cooper, Greville Corbett, Eva Eckkrammer, Emmanuel Faure, Rick Goulden, Tjerk Hagemeyer, Charles Harvey, George Huttar, Tore Jansson, Silvia Kouwenberg, Carla Luijks, Jouni Maho, Kevin Moore, Salikoko Mufwene, Peter Patrick, Mathias Perl, Nicolas Quint, Robin Sabino e Jack Sidnell, que compartilharam generosamente comigo parte de seus conhecimentos, em suas respectivas áreas de especialização; Clancy Clements, George Lang e David Sutcliffe, que me ajudaram a sair de uma situação complicada na Guiana; Gabriele Sommer, por sua gentileza em comentar as partes relativas à negação; Karl Erland Gadelii, por proporcionar meu primeiro contato com a crioulista; Tom Klinger, pelas informações sobre o crioulo francês da Luisiana e por hospedar-me em New Orleans; Östen Dahl, por ter feito de mim um linguista; Robert Chaudenson, Fred Field, Kate Green, Ron Kephart, Gerardo Lorenzino, Bill Samarin, Peter Stein, Thomas Stolz e Henri Wittmann, por mandarem-me uma profusão de livros e artigos; Dany Adone, Peter Bakker, Angela Bartens, Louis-Jean Calvet, Tucker Childs, Robert Fournier, Stéphane Goyette, Anthony Grant, Magnus Huber, John Ladhams, Heliana Mello, Bethanie Morrissey, Sarah Roberts, Cefas van Rossem, Armin Schwegler, Jeff Siegel e Norval Smith, por esclarecerem de modo geral as discussões sobre questões referentes ao contato linguístico (e a todo momento também sobre assuntos pessoais); e ainda Lotta Hedberg e Bethanie Morrissey, por suas leituras de última hora das provas de parte do manuscrito. Entre os crioulistas, porém,

tenho uma dívida especial para com Philip Baker e John McWhorter, que me deram apoio moral e orientação inestimável; com eles, eu tive numerosas discussões altamente enriquecedoras, sem as quais este trabalho teria ficado consideravelmente mais pobre. Embora seu impacto seja menos evidente aqui do que nos artigos que estou preparando neste momento, eles deram forma mais do que ninguém ao meu modo de ver as línguas de contato. Philip Baker também sacrificou uma grande quantidade de tempo preparando a publicação do todo.

Gostaria também de agradecer a todas as pessoas que tornaram agradável minha estada em Maurício, na Martinica, e em outros países de fala crioula; Céu Fonseca, por fornecer-me casa e companhia em Lisboa; meus pais, por financiarem algumas de minhas viagens a congressos quando ninguém mais o faria; Johanna Bäckström, Kjell Carlsson, Gunnar Eriksson, Päivi Juvonen, Ásta Magnúsdóttir, Anna Palm, Tina Renkl, Gurutze Uría e Annica Westerberg, entre outros, por tornarem mais luminosa minha vida, sendo apenas amigos, durante os últimos anos.

Angela Bartens, Philip Baker, Stéphane Goyette, Anthony Grant e Magnus Huber tiveram a gentileza de ler e comentar as primeiras versões do manuscrito, o que resultou em alguns melhoramentos. Infelizmente, as restrições de tempo me impediram de considerar todos os seus comentários.

SUMÁRIO

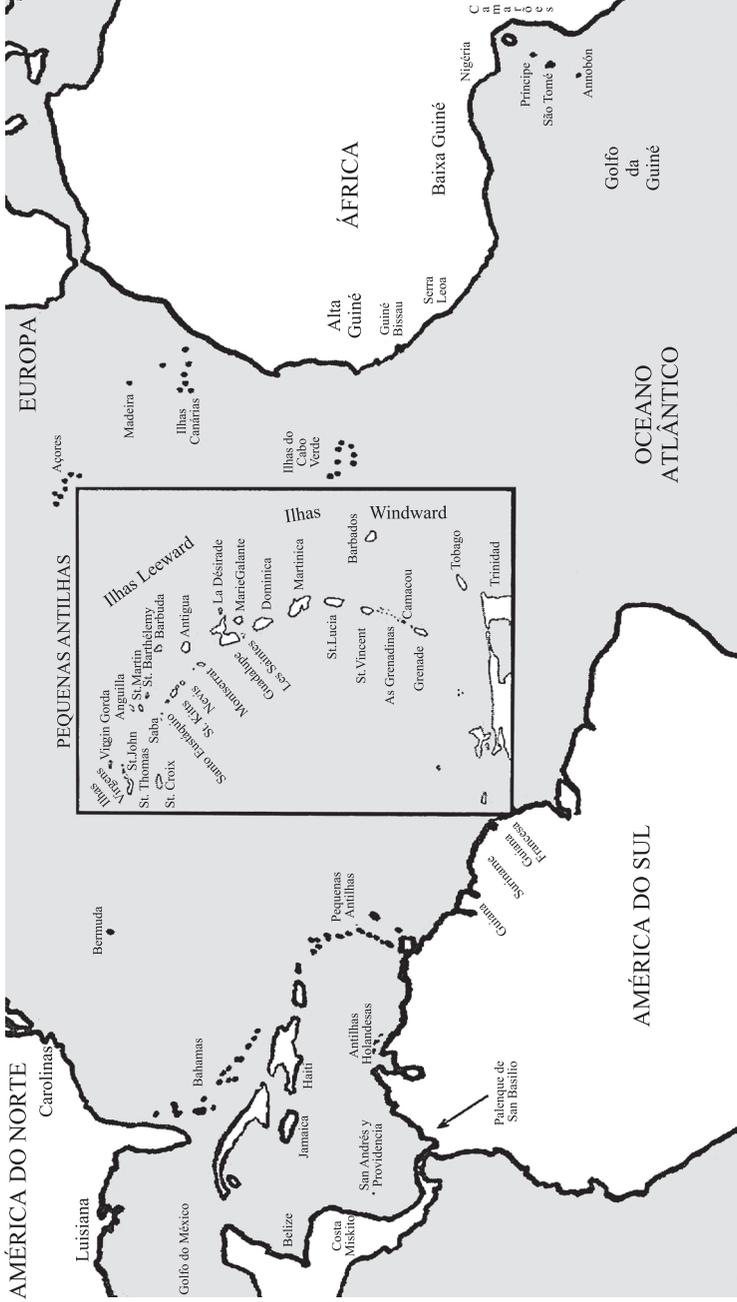
NOTA DO TRADUTOR.....	15
1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1. Objetivo e abrangência deste estudo.....	17
1.2. Metodologia.....	20
1.2.1. <i>Para definir uma influência de substrato</i>	21
1.2.2. <i>Escolha das línguas-substrato</i>	22
1.2.3. <i>Fontes usadas</i>	25
1.2.4. <i>Outras questões</i>	31
1.3. Questões terminológicas e convenções de transcrição.....	32
1.3.1. <i>Nomes das línguas de contato</i>	32
1.3.2. <i>Nomes das línguas africanas</i>	34
1.3.3. <i>Nomes das regiões geográficas</i>	36
1.3.4. <i>Terminologia linguística</i>	38
1.3.5. <i>Transcrição dos exemplos linguísticos</i>	38
1.3.6. <i>Abreviações e símbolos usados</i>	39
2 EPISTEMOLOGIA, METODOLOGIA E TERMINOLOGIA EM CRIOLÍSTICA.....	43
2.1. Primeiro exemplo: universais, não substrato.....	48
2.2. Segundo exemplo, mais uma vez os universais e não o substrato.....	51
2.3. Terceiro exemplo: a língua lexificadora, não o substrato nem os universais.....	52
2.4. Quarto exemplo: o substrato, não a língua lexificadora.....	55
2.5. Conclusão.....	56
3 FONOLOGIA.....	59
3.1. Vogais.....	60
3.1.1. <i>Abertura das vogais</i>	60

3.1.2. <i>Desnasalização</i>	64
3.1.3. <i>Vogais anteriores arredondadas</i>	66
3.1.4. <i>Vogais nasais altas</i>	69
3.2. <i>Consoantes</i>	72
3.2.1. <i>A falta de /z/</i>	72
3.2.2. <i>Fricativas interdentais em angular</i>	73
3.2.3. <i>Apicais</i>	74
3.2.3.1. <i>Sons róticos</i>	75
3.2.4. <i>Oclusivas coarticuladas</i>	85
3.2.5. <i>Oclusivas e fricativas pré-nasalizadas</i>	87
3.2.5.1. <i>Fricativas pré-nasalizadas</i>	93
3.2.6. <i>Despalatalização</i>	94
3.2.7. <i>Palatalização</i>	97
3.2.8. <i>Labiais</i>	102
3.3. <i>Fonética</i>	107
3.3.1. <i>Implosivas</i>	107
3.3.2. <i>Oclusivas alveolares versus oclusivas dentais</i>	108
3.3.3. <i>Aspiração</i>	109
3.3.4. <i>Retroflexão</i>	110
3.4. <i>Fonotática</i>	111
3.4.1. <i>Estruturas silábicas</i>	111
3.4.2. <i>Encontros de oclusiva + líquida nos CIs</i>	116
3.4.3. <i>Harmonia vocálica</i>	117
4. <i>GRAMÁTICA</i>	119
4.1. <i>Reflexivização</i>	119
4.2. <i>Negação</i>	125
4.3. <i>Posposições</i>	129
4.4. <i>Complementação</i>	132
4.5. <i>Conjunções</i>	138
4.6. <i>Serialização verbal</i>	145
4.6.1. <i>Serialização lativa</i>	147
4.6.2. <i>Serialização benefactiva dativa</i>	148
4.6.3. <i>Serialização comparativa</i>	151
4.6.4. <i>Serialização instrumental</i>	154
4.6.5. <i>Marcação TMA das construções seriais</i>	155
4.7. <i>Sistemas de determinantes</i>	159
4.8. <i>Reduplicação</i>	161
4.9. <i>Reinterpretação do morfema e fronteiras da categoria lexical</i>	165

4.10. Marcação de tempo, modo e aspecto	171
4.10.1. <i>O progressivo é também usado pelo futuro</i>	172
4.10.2. <i>Tempo absoluto e tempo relativo</i>	177
4.10.3. <i>Proeminência do aspecto</i>	177
4.11. Clivagem do predicado (fronteamento do verbo).....	180
4.12. Marcação de número	190
4.13. Questões várias de ordem de palavras.....	196
5 LÉXICO-SEMÂNTICA.....	199
5.1. Léxico.....	199
5.1.1. <i>Origens dos itens de classe fechada</i>	201
5.1.1.1. Os pluralizadores do CE <i>palenquero</i> e do CH de Berbice	202
5.1.1.2. Interrogativas em CI saramacano, CP angolares e CH de Berbice.....	203
5.1.1.3. Pronomes	204
5.1.1.3.1. O /i/ de 2sg nos CIs.....	204
5.1.1.3.2. A 1pl /u/ nos CIs do Suriname	205
5.1.1.3.3. A 3sg /a/ nos CIs	205
5.1.1.3.4. A 2pl /u n u /nos CIs	206
5.1.1.3.5. Várias formas no CH de Berbice.....	208
5.1.1.3.6. A 2sg do CH <i>skepi</i>	208
5.1.1.3.7. Pronomes plurais no CE <i>palenquero</i>	208
5.1.1.3.8. A 3pl /naŋ/ no CE papiamento	209
5.1.1.3.9. O /a/ genérico nos CPs do Golfo da Guiné.....	209
5.1.1.3.10. A 1sg /n/nos CPs africanos.....	210
5.1.1.3.11. Formas várias nos CPs do Golfo da Guiné.....	210
5.1.1.3.12. Redução dos paradigmas pronominais	211
5.1.1.4. Numerais.....	214
5.1.1.5. O morfema intensificador no CI saramacano.....	216
5.1.1.6. Preposições.....	216
5.1.1.7. Negações nos CPs africanos	218
5.1.1.8. Morfemas ligados no CH de Berbice.....	218
5.1.2. <i>Origem dos itens de classe aberta</i>	218
5.1.2.1. Identificação da camada mais antiga do léxico africano.....	221
5.1.2.1.1. Crioulos de léxico português	222
5.1.2.1.2. Crioulos de léxico inglês.....	224
5.1.2.1.3. Crioulos de léxico francês	225
5.2. Semântica.....	226

6	DADOS DEMOGRÁFICOS	231
6.1.	O comércio transatlântico de escravos.....	232
6.1.1.	<i>Roubo e captura de escravos</i>	235
6.1.2.	<i>Regiões do tráfico na África</i>	235
6.2.	Crioulos ingleses.....	239
6.2.1.	Gullah	239
6.2.2.	<i>Jamaica e Caribe Ocidental</i>	240
6.2.3.	<i>Ilhas Leeward</i>	244
6.2.4.	<i>Barbados e as Ilhas Windward</i>	246
6.2.5.	<i>Guiana</i>	247
6.2.6.	<i>Suriname</i>	247
6.2.7.	<i>África Ocidental</i>	249
6.3.	Crioulos franceses	250
6.3.1.	<i>Luisiana</i>	252
6.3.2.	<i>Haiti</i>	255
6.3.3.	<i>Pequenas Antilhas</i>	258
6.3.4.	<i>Guiana Francesa</i>	260
6.4.	Crioulos portugueses	263
6.4.1.	<i>Alta Guiné</i>	263
6.4.2.	<i>Baixa Guiné</i>	264
6.5.	Crioulos holandeses	267
6.5.1.	<i>Negerhollands</i>	267
6.5.2.	<i>Skepi</i>	269
6.5.3.	<i>Berbice</i>	269
6.6.	Crioulos espanhóis	270
6.6.1.	<i>Papiamento</i>	270
6.6.2.	<i>Palenquero</i>	272
6.7.	Identificação de influências do substrato com base em fundamentos não linguísticos.....	273
6.7.1.	<i>Tradições culturais</i>	273
6.7.2.	<i>Literatura oral</i>	274
6.7.3.	<i>Pragmática</i>	277
6.7.3.1.	Uso de ideofones	277
6.7.4.	<i>Crenças religiosas populares</i>	278
6.7.5.	<i>Onomástica</i>	279
6.7.6.	<i>Antropologia física</i>	281
6.7.7.	<i>Danças, jogos etc.</i>	281

6.7.8. Outras manifestações culturais.....	281
6.7.9. <i>Súmula de traços não linguísticos</i>	282
7 SÍNTESE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	285
7.1. Até que ponto a demografia e a linguística dizem as mesmas coisas?.....	293
7.1.1. <i>Três crioulos excepcionais</i>	294
7.1.2. <i>Crioulos ingleses</i>	295
7.1.2.1. CI <i>gullab</i>	295
7.1.2.2. CIs do Caribe Ocidental.....	295
7.1.2.3. CIs do Caribe Oriental.....	296
7.1.2.4. CIs do Suriname.....	297
7.1.2.5. CIs da África Ocidental.....	298
7.1.3. <i>Crioulos franceses</i>	298
7.1.3.1. CF da Luisiana.....	298
7.1.3.2. CF do Haiti.....	299
7.1.3.3. CFs das Pequenas Antilhas.....	299
7.1.3.4. CF da Guiana.....	300
7.1.4. <i>Crioulos portugueses</i>	300
7.1.4.1. CPs da Alta Guiné.....	300
7.1.4.2. CPs do Golfo da Guiné.....	301
7.1.5. <i>Crioulos holandeses</i>	302
7.1.5.1. CH <i>negerhollands</i>	302
7.1.5.2. CH <i>skepi</i>	303
7.1.6. <i>Crioulos espanhóis</i>	303
7.1.6.1. CE papiamento.....	303
7.2. Discussão final.....	304
7.2.1. <i>Alguns mistérios</i>	305
7.2.2. <i>Por que o viés pró-Baixa Guiné?</i>	305
7.2.3. <i>Algumas reconstruções especulativas</i>	308
NOMES DE LUGARES UTILIZADOS NESTE LIVRO.....	315
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	319
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	359



NOTA DO TRADUTOR

A INICIATIVA DE TRADUZIR ESTE livro nasceu de sua leitura, feita logo depois que conheci o autor, na Universidade de Estocolmo. Foi imediatamente apoiada pela professora Laura Álvarez, do Departamento de Espanhol, Português e Estudos Latino-Americanos daquela universidade, que a incluiu nas atividades do projeto internacional “Afro-Latin Linguistics: language contact in intercultural settings”, patrocinado pela fundação sueca STINT (Swedish Foundation for the Internationalization of Research and Higher Education), e se concretiza agora graças ao interesse da Editora da Universidade Estadual de Campinas.

Todos os agentes dessa iniciativa compartilham a convicção de que o livro será extremamente útil no atual contexto da linguística brasileira, por permitir pensar a questão das línguas crioulas num contexto amplo e, com ela, a questão mais geral dos aportes africanos que afetaram o português vernáculo do Brasil.

A notável amplitude que Parkvall dá ao estudo dos crioulos atlânticos trouxe, como contrapartida para o tradutor, um espinhoso problema terminológico. Para a grande maioria das 168 línguas africanas estudadas no livro não existe até hoje uma denominação dicionarizada/estabelecida. Diante desse problema, recorri a uma estratégia eclética: utilizei evidentemente as denominações fornecidas pelos dicionários disponíveis, mas também alguns repertórios disponíveis em antologias de artigos sobre línguas africanas (em particular, Fiorin e Petter, *África no Brasil, a formação da língua portuguesa*, São Paulo, Contexto, 2008). Os atlas mais recentes e os almanaques das editoras de grandes tiragens trazem geralmente informações sobre a população dos países e, em alguns deles (particularmente o *Geographica, Atlas ilustrado do mundo*, da editora portuguesa Dinalivro, e o *Almanaque Abril*, edição de 2011), puderam ser respigadas mais algumas denominações. Por fim foram de grande utilidade

alguns repertórios terminológicos de caráter semioficial, como o ISO639, acessível através da Internet.

Ao final deste trabalho, cujo principal produto é a coluna dedicada à tradução portuguesa na tabela “Línguas africanas consideradas neste estudo”, resulta que para mais de $\frac{1}{3}$ das línguas africanas de que se trata no texto, foi possível encontrar uma denominação portuguesa que conte com algum tipo de abonação; essa denominação foi, evidentemente, aproveitada. Para uso dos interessados em saber onde foram encontradas as denominações portuguesas das línguas africanas tratadas no livro foi indicada a fonte nessa mesma tabela. Nos demais casos, foi mantida no texto a denominação inglesa usada por Parkvall, uma solução que evita equívocos quanto à identificação da língua, mas que traz outros problemas, sobretudo de grafia e de flexão.

Uma situação mais confortável foi encontrada na tradução dos nomes das línguas crioulas. Para muitas dessas línguas, o português já fixou uma denominação; e muitos crioulos são geralmente conhecidos pelos termos com que os identificam os próprios falantes. Termos como *sranan*, *palenquero*, *maroon spirit* e outros identificam sem risco de erro um crioulo atlântico particular. Trata-se porém de termos que, da mesma forma que os nomes ingleses das línguas africanas mencionados acima, não pertencem ao núcleo central do acervo lexical do português, e portanto pareceu necessário tratá-los como empréstimos recentes: nos dois casos, eles aparecem escritos em fontes itálicas.

O principal objetivo desta nota é alertar os crioulistas brasileiros para o fato de que, no processo de tradução, o problema de dar nomes portugueses às línguas africanas apareceu em toda a sua magnitude, e antecipar que podem ter acontecido equívocos pelos quais me penitencio antecipadamente, ou decisões que não são consensuais. Para os especialistas, ficam o convite para e o desafio de investirem nesses problemas terminológicos no futuro.

Aproveito para agradecer aos componentes da equipe editorial da Editora da Unicamp, e em particular a Lúcia Helena Lahoz Morelli e Silvia Helena P. C. Gonçalves, o excelente trabalho que fizeram e o inestimável apoio que me deram durante a preparação da versão final, para não falar da infundável paciência com que suportaram minhas explicações bizantinas e minhas decisões, sempre pouco convencionais. Graças a essa ajuda, o resultado final está certamente muito melhor do que poderia estar, mas, dada a teimosia com que impus algumas soluções, é evidente que os erros que porventura tenham ficado são única e exclusivamente meus.

Campinas, junho de 2012.

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo e abrangência deste estudo

O PRESENTE ESTUDO TRATA DA presença de elementos originários do substrato nas línguas crioulas do Oceano Atlântico. Seu objetivo é, em primeiro lugar, identificar elementos que possam ser atribuídos com segurança à influência dos substratos e, em segundo lugar, examinar que relações possa haver entre essas descobertas e aquilo que se sabe do desenvolvimento histórico e demográfico das comunidades em que se falam crioulos atlânticos.

Os crioulos aqui estudados são aqueles que (1) são falados num ou noutro lado do Oceano Atlântico, (2) receberam o grosso de seu vocabulário de uma de cinco línguas europeias: o inglês, o francês, o português, o holandês e o espanhol, (3) têm por substratos línguas faladas ao longo das costas ocidentais da África e (4) surgiram como decorrência dos empreendimentos da colonização europeia e do tráfico de escravos entre os séculos XV e XVIII. Ficam excluídas, portanto, as línguas de contato em que o léxico não é europeu (as quais, na área do Atlântico, são de toda maneira pidgins ou semipidgins e não propriamente crioulos). Analogamente, as variedades que parecem não ter se originado no período relevante, como o *français tirailleur* (um pidgin da África Ocidental, de base francesa), não são levadas em conta, assim como não o são as variedades reestruturadas apenas modernamente, como o português brasileiro vernáculo, o espanhol vernáculo caribenho ou o inglês vernáculo afro-americano, o holandês negro de New Jersey¹, o *français populaire* de Abid-

1 Embora essa variedade tenha sido referida às vezes, com risco de equívoco, como “negerhollands” (p. ex., Ginneken, 1913, pp. 287-8), não parece ser idêntica ao crioulo de léxico holandês de mesmo nome, falado nas Ilhas Virgens.

jan e os dialetos franceses de São Tomás, St. Barth e Missouri, e ingleses das Bermudas, Ilhas Cayman, Ilhas da Bahia de Honduras, de Saba, Santa Helena e Tristão da Cunha. Além disso, as variedades que parecem constituir xenoletos instáveis, como o *habla bozal* de Cuba, também foram excluídas, assim como o foram as línguas cujo substrato não pertence ao filo nigero-congolês — caso dos pidgins e (possíveis) crioulos de léxico holandês ou do africânder na África do Sul. Embora essas variedades não se enquadrem no âmbito deste estudo, elas serão objeto de referência esporádica, sempre que isso for apropriado.

Note-se, finalmente, que, embora eu tenha incluído os assim chamados crioulos da Isle de France do Oceano Índico entre os crioulos atlânticos em trabalhos anteriores (Parkvall, 1995c, 1998, 1999a, 1999c), dado o *input* oeste-africano documentado na formação do mauriciano (Baker e Corne, 1982), isso não será feito no presente trabalho.

A lista completa dos crioulos considerados neste estudo (exceção feita de alguns desenvolvimentos menos importantes) é apresentada na Tabela 1, a seguir, ao passo que o mapa que segue o quadro ajudará o leitor a identificar os lugares em que essas línguas são faladas.

Os trabalhos comparativos sobre crioulos atlânticos escritos até hoje têm incluído, em geral, apenas crioulos de uma mesma língua lexificadora². Depois de Van Name (1869-1870) — uma das primeiríssimas publicações sobre línguas crioulas — foi somente na segunda metade do século XX que se fizeram comparações cruzando o limite das várias línguas lexificadoras, nomeadamente em Loftman (1983), Valkhoff (1966), Taylor (1971, 1977), Baudet (1981), Bickerton (1981), Boretzky (1983), Green (1988) e Holm (1988). Embora alguns desses trabalhos tratassem de influências dos substratos, eles não faziam exclusivamente isso em sua maioria, e o âmbito desta tese é consideravelmente mais amplo que o de qualquer um deles, na atenção que dá àquelas influências.

À parte esta introdução (Capítulo 1), este livro compreende seis capítulos. O Capítulo 2 é uma espécie de “manifesto crioulistico” no qual se discutem certas considerações metodológicas, ao mesmo tempo em que se procura definir o próprio conceito de “característica devida ao substrato”. Os três capítulos subsequentes (2-4) tratam, respectivamente, das influências dos substratos na fonologia, na sintaxe e no léxico, ao passo que o Capítulo 5 tenta recuperar

2 Por exemplo, Herskovits e Herskovits (1936, pp. 117-75), Cassidy (1962), Alleyne (1980), Hancock (1987), McWhorter (1995), Baker (1999a) (sobre os crioulos de léxico inglês); Adam (1983), Göbi (1934), Goodman (1964), Holl (1979), Parkvall (1995c) (sobre os crioulos de léxico francês); Ferraz (1987) e Bruyn e Veenstra (1993) (sobre os crioulos de léxico português e holandês, respectivamente).

as origens geolinguísticas dos indivíduos que criaram os crioulos atlânticos. O capítulo final trata das relações entre os dados linguísticos e demográficos apresentados. O foco da atenção é a questão de ser ou não possível prever as influências dos substratos linguísticos com base nas diferentes origens das populações fundadoras.

TABELA 1 – PRINCIPAIS VARIEDADES DE LÍNGUAS CRIOULAS CONSIDERADAS NESTE ESTUDO

Grupo	Localização	Variedades
Variedades lexificadas pelo inglês	América do Norte	<i>gullah</i> (Carolinas, Geórgia), baamiano.
	Caribe Ocidental	jamaicano, belizenho, crioulo da Costa Miskito (Nicarágua), crioulo de San Andrés y Providencia (Colômbia).
	Pequenas Antilhas	Variedades faladas nas Ilhas Leeward, como Antigua, St. Kitts, Nevis e as Ilhas Virgens, bem como nas Ilhas Windward de São Vicente e Trinidad.
	Guianas	guianense, <i>sranan</i> (Suriname), <i>ndyuka</i> (Suriname), saramacano (Suriname).
	África Ocidental	<i>krio</i> (Serra Leoa), nigeriano, camaronês.
Variedades lexificadas pelo francês	América do Norte	luisianense
	Caribe Ocidental	haitiano
	Pequenas Antilhas	Numerosas variedades faladas em ilhas como Guadalupe, Martinica, Dominica, Santa Lúcia, Granada e Trinidad.
	Guianas	guianense (Guiana Francesa), caripuna (Nordeste brasileiro).
Variedades lexificadas pelo português	Alta Guiné	cabo-verdiano, crioulo da Guiné-Bissau (Guiné-Bissau e Senegal).
	Golfo da Guiné	são-tomense (São Tomé), angolares (São Tomé), principense (Príncipe), <i>fa d'ambu</i> (Annobón).
Variedades lexificadas pelo holandês		<i>negerhollands</i> (Ilhas Virgens pertencentes aos Estados Unidos), <i>skepi</i> (Guiana), Berbice (Guiana).
Variedades lexificadas pelo espanhol		papiamento (Antilhas Holandesas), <i>palenquero</i> (aldeia de El Palenque de San Basilio, na Colômbia).

1.2. Metodologia

Os traços aqui incluídos são aqueles que considero não serem nem de provável origem europeia nem manifestação de universais linguísticos. Uma das coisas que descobri no processo de identificar esses traços foi que havia menos traços desse tipo do que eu esperava; além disso, embora eu tenha adotado no início o que poderíamos chamar de “abordagem substratista”, está agora mais óbvio para mim que tanto os superestratistas quanto os substratistas exageraram enormemente as contribuições feitas às gramáticas dos crioulos atlânticos pelas línguas europeias e pelas línguas não europeias, respectivamente. Por outro lado, examinei os crioulos atlânticos de um ponto de vista europeu, refletindo sobre traços presentes nessas línguas que não parecem ser europeus. Se a pergunta feita tivesse sido “Quanto há, nos crioulos atlânticos, que é de origem europeia?”, talvez o resultado fosse diferente. É óbvio que há muitos traços básicos que não podem ser atribuídos com certeza a nenhuma das duas fontes. Para dar apenas um exemplo, a ordem básica SVO dos crioulos atlânticos poderia ser encarada como generalização tanto de um padrão europeu, quanto de um padrão africano ocidental. Esses problemas, junto com um esboço de minha abordagem metodológica, são discutidos no Capítulo 2.

Desde que venho desenvolvendo a pesquisa aqui apresentada, o foco de meu interesse nas línguas crioulas deslocou-se das influências dos substratos para a redução associada à pidginização. Como há várias línguas não crioulas que são mais “misturadas” (no sentido de apresentarem características originárias de mais de uma língua), esse caráter misturado não pode nem deve, a meu ver, ser considerado o traço essencial que faz de uma língua uma língua crioula. Ao contrário, as marcas de transmissão descontinuada (pidginização) que ainda podem ser vistas nas línguas conhecidas como crioulas é que separam os crioulos dos não crioulos (McWhorter, 1988, 2000; McWhorter e Parkvall, 1999; Goyette, 2000).

É provável que a coleção de traços de substrato aqui discutida não seja exaustiva. Há com certeza mais traços que podem ser atribuídos à influência dos substratos, mas que me escaparam. Em particular, preocupou-me o fato de que muito do que foi encontrado é atribuído a línguas da Baixa Guiné, em particular as línguas do grupo kwa. Nos crioulos entre cujos criadores os falantes de kwa eram poucos, como o CE *palenquero* ou o CP da Alta Guiné, os “kwaísmos” encontrados foram poucos. Até então, eu vinha suspeitando que o viés pró-kwa que se observa na crioulistica em geral era devido às expectativas dos